

1 **ATA nº 014/2023**

2 Reunião Ordinária– CMAS

3 Ao sexto dia de setembro, reuniram-se no Salão Ouro Negro, às 9h00, os conselheiros  
4 (as): Jamil Ahmad Allan (Secretaria Municipal de Assistência Social — Gestão); Aline  
5 Veiga (Secretaria Municipal de Assistência Social — Proteção Básica); Daiane Bento  
6 dos Santos (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas); Ana Paula Petzoldt  
7 (Grupo pela Unidade Infante Juvenil de Onco-Hematologia – Guido); Alessandro  
8 Marques (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma - APAE);  
9 Janimara Lo Costa da Cruz (Universidade do Extremo Sul Catarinense — UNESC);  
10 Thayara Heitich Pedro (Secretaria Municipal da Assistência Social – Proteção Social  
11 Especial Média); Marilaine Sheffer Trajano (Secretaria Municipal de Educação);  
12 Rosangela Cristina (CIEE); Edilson Medeiros (Secretaria Municipal da Assistência  
13 Social e Habitação); Pâmela Fidelis Ghisi (Secretaria Municipal da Assistência Social -  
14 Proteção Social Especial Alta); Jéssica Freitas (Procuradoria do Município); Marcionei  
15 Fernandes (SISERP); Larissa de Oliveira Batista (Secretaria de Saúde); Michele  
16 Bombazar (Secretaria Municipal da Assistência Social); Graziela Torquato (AMA-REC);  
17 **Ouvintes:** Marcelo Mendes; Nicácio Júnior (ADEPO); Andryele W. Souza (Nossa  
18 Casa); Sabrina Colle (OAB); Maria Luíza Costa (MariaeMaria); Nathalia Joaquim  
19 Remor (Secretaria-Executiva); A presidente inicia a reunião saudando a todos, relata  
20 que a pauta será breve e passa a palavra à Comissão de Visitas. Daiane e Thayara,  
21 visitaram a instituição Arca Sagrada no dia 28/08. Daiane, relata que foram recebidas  
22 por Wagner dos Santos, diretor-presidente. A instituição conta com a capacidade de 30  
23 usuários. A periodicidade do atendimento é residência provisória e no local  
24 encontrava-se a psicóloga Ranildes, que trabalha por 24 horas na instituição e está  
25 atuando lá a pouco tempo. Solicitam a inscrição como entidade de assistência social,  
26 com caracterização de serviço de acolhimento institucional enquadrando-se na  
27 Proteção Social de Alta Complexidade, sendo o público atendido exclusivamente  
28 homens com idade de 18 à 60 anos, usuários de substâncias psicoativas,  
29 dependência química, moradores em situação de rua e beneficiários do BPC  
30 (Benefício de Prestação Continuada). Observou-se que o serviço prestado não está de  
31 acordo com os documentos apresentados em conformidade com o estatuto e relatório  
32 de atividades, uma vez que o plano de trabalho prevê o acolhimento de famílias e a  
33 instituição acolhe apenas homens, pois é o que estrutura atual comporta. O plano de  
34 trabalho também apresenta em seu cronograma, preponderância em atividades de  
35 saúde, não tendo relatórios de atividades anteriores pois se trata de recente  
36 modificação do estatuto, que segundo o coordenador foi realizada para que a entidade  
37 possa acessar o CEBAS. Os serviços e atividades prestadas não são totalmente  
38 gratuitos, segundo o educador que estava presente durante a visita, dividem o BPC  
39 entre 50% para a instituição e 50% para usuário. A entidade atende em horário

40 interrompido, 24 horas, e os tratamentos são realizados de três, seis e nove meses. Os  
41 usuários, de acordo com a percepção da visita, não possuem seus direitos  
42 socioassistenciais respeitados, uma vez que a documentação destes ficam retidos em  
43 seus prontuários, junto com os atendimentos psicológicos, localizado na recepção e  
44 trancados com chave. Não houve capacitação continuada nos últimos meses, porém,  
45 o coordenador alega que estão iniciando parceria com a UNESCO para que ocorra as  
46 capacitações. Os equipamentos materiais suprem parcialmente as necessidades da  
47 entidade, o ambiente é simples, limpo e acolhedor, contudo há poucos recursos  
48 tecnológicos e a estrutura em geral está precisando de manutenções e reformas. As  
49 instalações não estão de acordo com parâmetros e normas estabelecidas para o tipo  
50 de serviço, a entidade possui um quarto para os usuários que chegam da rua e outros  
51 quatro quartos para aqueles que já estão adaptados, possui cozinha com refeitório,  
52 sala para palestras e atendimentos em geral que também é utilizada para o  
53 armazenamento das medicações dos usuários. Não foi possível realizar entrevista  
54 com os usuários, pois de acordo com o coordenador todos os que estavam no local  
55 são dependentes químicos. Alguns usuários estavam realizando as tarefas da  
56 instituição como limpeza e manutenção externa. O parecer da comissão não é  
57 favorável. O diretor relatou que o estatuto da entidade foi alterado com objetivo de  
58 conseguir inscrição no CMAS e posteriormente CEBAS, porém deixou claro que o  
59 estatuto atende Saúde e Assistência Social e que possuem a certeza de que não  
60 querem perder as vagas SUS direcionadas pelo SISREG, que são destinadas a  
61 internação voluntária de usuários com dependências químicas. A psicóloga da  
62 instituição relatou que conseguiu fazer apenas uma atividade coletiva e acredita que o  
63 foco seja atendimento individual devido as necessidades dos usuários. No plano de  
64 trabalho encaminhado pela instituição, o atendimento consta como psicoterapêutico.  
65 Em votação, o conselho aprova em unanimidade. A instituição Grupo de Apoio e  
66 Prevenção a Aids de Criciúma – GAPAC, entra em pauta. Thayara relata que após  
67 conversarem com a comissão de fiscalização para sanar dúvidas a respeito do  
68 atendimento realizado, foi acordado que a instituição se enquadra como uma entidade  
69 de defesa e garantia de direitos que executa serviços. Em votação, o conselho aprova  
70 a inscrição, Daiane e Aline se abstém do voto. A presidente solicita que Pâmela  
71 explique a próxima pauta, referente a AFASC. Pâmela relata que a instituição  
72 encaminhou ao Conselho, ofício com a solicitação de pagamento de compras  
73 realizadas para o Abrigo Florescer e que as aquisições compradas para a melhoria da  
74 casa ficarão como patrimônio público. Afirma que com Luciana, assistente social,  
75 etiquetaram todas as compras e conferiram as notas fiscais. Thayara, questiona se  
76 está no contrato que a prefeitura irá custear além do que já foi estipulado. Pâmela não  
77 sabe responder a dúvida e relata que irá conferir. Jamil, se pronuncia dizendo que os  
78 bens já foram comprados e Daiane questiona se outra entidade poderia realizar  
79 compras e também ser custeada pelo município, também questiona se a gestão

80 anterior poderia ter feito tal ato, uma vez que estava sendo criticada pela deterioração  
81 do local e a falta de utensílios. Pâmela afirma que já havia valor estipulado para a  
82 compra de bens e que o valor está incluído na parcela mensal. Thayara relata que  
83 está tentando entender a situação, pois já trabalhou no Abrigo Florescer e que o  
84 procedimento para aquisição de novos equipamentos é através de projetos, Marcelo  
85 ex-coordenador do Abrigo Florescer concorda com Thayara. Thayara cita como  
86 exemplo que trabalha no CREAS, que não é viável comprar uma mesa com o seu  
87 dinheiro, mesmo precisando, e pedir para que a prefeitura reembolse. Pâmela afirma  
88 que se caso isso ocorresse, deveria solicitar à Secretaria de Assistência Social.  
89 Daiane complementa afirmando que tal ato deve ser feito antes da compra. O  
90 conselho concorda. O valor total das compras é de 70 mil reais. Nathália orienta  
91 Pâmela a continuar a leitura. Jamil se pronuncia dizendo que os equipamentos serão  
92 da prefeitura, o que não acontece com outras entidades. A presidente se pronuncia  
93 afirmando que na falta de qualquer suprimento para o funcionamento da instituição é  
94 esta que provê. O Conselho discute o assunto. O conselho afirma que se os bens  
95 ficarão para o município seria de competência deste realizar uma licitação. A  
96 presidente lembra que outras instituições que se inscreveram no edital do Abrigo  
97 Florescer talvez deixaram de assumir por um valor inferior ao solicitado pela AFASC.  
98 Thayara também afirma que se fossem orientadas de que poderiam realizar compras  
99 posteriores, talvez outras instituições teriam se inscrito. Pâmela relata que irá conferir  
100 o contrato. Edilson questiona se a compra realizada pela AFASC já está paga. Pâmela  
101 acredita que não foi pago ainda. A compra foi realizada em maio. O conselho debate  
102 sobre pagamento. Os equipamentos estão com a nota fiscal em nome da AFASC.  
103 Edilson, afirma que caso tenham realizado o pagamento, os equipamentos são da  
104 instituição, uma vez que não houve uma licitação para compra destes materiais e  
105 também não houve nenhum aviso prévio. Em votação, questionado o conselho se  
106 alguém é contra ou se abstém do voto, não houve nenhuma manifestação. Em  
107 unanimidade, o Conselho não aprova a solicitação. Entra em pauta a capacitação fica  
108 acordado reencaminhar os orçamentos novamente ao financeiro e ao Secretário. O  
109 pedido de inscrição da Residencia Inclusiva Maria e Maria, pessoa jurídica de direito  
110 privado, entra em pauta. O conselho afirma que por se tratar de uma instituição de  
111 com fins lucrativos a solicitação de inscrição está negada. Será encaminhado ofício  
112 com explicação a instituição. Aline solicita a alguma instituição presente para que  
113 empreste a prefeitura um ônibus para levar os usuários ao evento do CRAS. Nada  
114 mais havendo a tratar, a presidente declara por encerrada a reunião e foi lavrada a  
115 presente ata que segue assinada pela secretária-executiva Nathália Remor e por  
116 todos os conselheiros presentes.

117 Jamil Ahmad Allan (Secretaria Municipal de Assistência Social — Gestão)

118 Aline Veiga (Secretaria Municipal de Assistência Social — Proteção Básica)

119 Daiane Bento dos Santos (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas)

- 120 Ana Paula Petzoldt (Grupo pela Unidade Infante Juvenil de Onco-Hematologia –  
121 Guido)
- 122 Alessandro Marques (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma –  
123 APAE)
- 124 Janimara Lo Costa da Cruz (Universidade do Extremo Sul Catarinense — UNESC)
- 125 Thayara Heitich Pedro (Secretaria Municipal da Assistência Social – Proteção Social  
126 Especial Média)
- 127 Marilaine Sheffer Trajano (Secretaria Municipal de Educação)
- 128 Rosangela Cristina (CIEE)
- 129 Edilson Medeiros (Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação)
- 130 Pâmela Fidelis Ghisi (Secretaria Municipal da Assistência Social - Proteção Social  
131 Especial Alta)
- 132 Jéssica Freitas (Procuradoria do Município)
- 133 Marcionei Fernandes (SISERP)
- 134 Larissa de Oliveira Batista (Secretaria de Saúde)
- 135 Michele Bombazar (Secretaria Municipal da Assistência Social)
- 136 Graziela Torquato (AMA-REC);
- 137 Marcelo Mendes (ADEPO)
- 138 Nicácio Júnior (ADEPO)
- 139 Andryele W. Souza (Nossa Casa)
- 140 Sabrina Colle (OAB)
- 141 Maria Luíza Costa (MariaeMaria)
- 142 Nathalia Joaquim Remor (Secretaria-Executiva)